

Educação para todos: desafios, ações, perspectivas da inclusão nas escolas brasileiras

Mantoan, Maria Teresa Eglér

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Mantoan, M. T. E. (2000). Educação para todos: desafios, ações, perspectivas da inclusão nas escolas brasileiras. *ETD - Educação Temática Digital*, 1(3). <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-106337>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more information see:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Educação para todos: desafios, ações, perspectivas da inclusão nas escolas brasileiras

Maria Teresa Eglér Mantoan

Resumo

A transformação das escolas para prover uma Educação Para Todos implica em torná-las capazes de oferecer ensino de qualidade aos seus alunos, atendendo às peculiaridades de cada um, reagindo à diversidade com medidas includentes, tanto na sua organização pedagógica como administrativa. Este texto trata das

mudanças que estão sendo propostas por projetos que caminham nessa direção e que estão sendo desenvolvidos em escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave

Inovação educacional; Educação escolar; Ensino /aprendizagem; Aprimoramento profissional de professores

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação - e assim diz a Constituição !

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

Eis aí, pois, o objetivo deste texto: clarear o sentido da inclusão, como inovação, tornando-o compreensível, aos que se interessam pela educação como um direito de todos, que precisa ser respeitado. Pretendemos, também demonstrar a viabilidade da inclusão pela transformação geral das escolas, visando a atender aos princípios deste novo paradigma educacional.

Vamos focalizar a inclusão nas escolas brasileiras sob três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação, o das ações no sentido de efetivá-la nas turmas escolares e finalmente o das perspectivas que se abrem à educação escolar , a partir de sua implementação.

OS DESAFIOS

Nossa primeira questão, ao abordar a inclusão é: “Todas as crianças têm escolas ?” Infelizmente o que sabemos é que muitas ficam fora da escola, porque não há vagas. E não há vagas, porque a repetência tem índices muito altos, alarmantes, vergonhosos. Se a repetência é elevada, é porque, sem dúvida, o ensino

é ineficiente. Escola de qualidade não é escola que reprova, que retém o aluno, que expulsa o que não aprende, que discrimina os que têm dificuldade, que destrói a auto-estima do aluno.

Assim, para que se criem novas vagas nas escolas é preciso melhorar o ensino, diminuir as taxas de reprovação.

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

Então, o motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada.

Crianças, Já para dentro da escola !
Pois não apenas as deficientes são excluídas, mas também as que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar.

Toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte.

A trajetória escolar não é um rio perigoso e ameaçador, em cujas águas os alunos podem afundar. Mas há sistemas organizacionais de ensino que tornam esse percurso muito difícil de ser vencido, uma verdadeira competição entre a correnteza do rio e a força dos que querem se manter no seu curso principal.

Um desses sistemas, o que prevê a exclusão de algumas crianças, que têm déficits temporários ou permanentes e em função dos quais apresentam dificuldades para aprender, é o que muito apropriadamente se denomina sistema de cascata. Esse sistema contrapõe-se à melhoria do ensino nas escolas, pois mantém um subsistema ativo, o especial, que atende aos que caíram na cascata, por não conseguirem corresponder às exigências e expectativas da escola. Para se evitar a queda na cascata, na maioria das vezes sem volta, é preciso remar contra a correnteza, ou seja, enfrentar os desafios da inclusão: o ensino de baixa qualidade e o subsistema de ensino especial, desvinculado, justaposto e não verdadeiramente integrado ao regular.

Priorizar a qualidade do ensino regular é um desafio que precisa ser assumido por todos. É uma tarefa inadiável, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social.

Trata-se de uma tarefa possível de ser realizada, mas é impossível efetivar uma

nova política educacional de qualidade e inclusiva, por meio de modelos tradicionais de organização do sistema escolar. Se hoje já podemos contar com uma Lei Educacional que propõe e viabiliza novas alternativas para melhoria do ensino nas escolas, estas ainda estão longe, na maioria dos casos, de se tornarem inclusivas, isto é, abertas a todos os alunos, indistinta e incondicionalmente. O que existe em geral são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças de base nas escolas e que continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, salas de recurso, turmas de aceleração, escolas especiais, os serviços de itinerância), ou projetos que negam a oportunidade de essas pessoas estudarem nas turmas regulares, porque os professores não estão “preparados” ou porque são casos muito graves para tirarem proveito do processo escolar.

Muda então a escola ou mudam os alunos, para se ajustarem às suas velhas exigências ? Ensino especializado em todas as crianças ou ensino especial para deficientes?

Professores que se aperfeiçoam para exercer suas funções, atendendo às peculiaridades de todos os alunos, ou professores especializados para ensinar aos que não aprendem e aos que não sabem ensinar?

AS AÇÕES

Diante desses desafios, que providências tomar ?

Ao nosso ver é possível mudar a escola e para fazer frente a essa tarefa temos de agir urgentemente:

- transformando a aprendizagem no eixo das escolas, porque escola foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam;

- garantindo tempo para que todos possam aprender e reprovando a repetência;

- abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania;

- estimulando, formando continuamente e valorizando o professor que é o responsável pela tarefa fundamental da escola – a aprendizagem dos alunos;

- elaborando planos de cargos e aumentando salários, realizando concursos públicos de ingresso, acesso e remoção de professores.

Que ações implementar para que a escola mude ? Para melhorar as condições pelas quais o ensino é ministrado nas escolas, visando, universalizar o acesso, ou seja, a inclusão de todos, incondicionalmente, nas turmas escolares e democratizar a educação, sugerimos o que segue e que, felizmente, já está ocorrendo em muitas redes de ensino, verdadeiras vitrines que expõem o sucesso da inclusão.

Vamos listar essas condições, que podem evidentemente ser acrescidas de outras sugestões, pelos interessados:

- estimular as escolas para que elaborem com autonomia e de forma participativa o seu Projeto Político Pedagógico, diagnosticando a demanda, ou seja, verificando quantos são os alunos, onde estão e porque alguns estão fora da escola;

- elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural das escolas, ou seja, que respeite a realidade do aluno e que integre as áreas do conhecimento, fazendo com que as disciplinas acadêmicas sejam meios e não fins em si mesmas, no processo de construção do saber;

- implantar ciclos de formação, adequando-as às possibilidades de aprendizagem dos aprendizes e eliminando a seriação e com isso a reprovação, na passagem das séries;

- substituir o caráter classificatório da avaliação escolar, através de notas, provas, pela visão diagnóstica desse processo que deverá ser contínuo e qualitativo, visando depurar o ensino e torná-lo cada vez mais adequado e eficiente à aprendizagem;

- considerar a aprendizagem como o centro das atividades escolares e o sucesso dos alunos, como a meta da escola, independentemente do nível de desempenho a que cada um seja capaz de chegar;

- estimular o trabalho coletivo e diversificado nas turmas e na escola como um todo, dividindo as responsabilidades, repartindo as tarefas, desenvolvendo a cooperação e o tutoramento nas salas de aula;

- rever papéis desempenhados pelos diretores e coordenadores, ultrapassando os sentidos controlador, fiscalizador e burocrático desses profissionais pelas funções de apoio, orientação do professor e de toda a comunidade escolar;

- ampliar a formação permanente dos professores, no sentido de que possam se atualizar, compartilhando experiências, discutindo o processo de aprendizagem de seus alunos,

experimentando novas alternativas de trabalho pedagógico, teorizando suas próprias experiências práticas e, acima de tudo, não individualizando o ensino, mas ministrando-o de forma aberta e acolhedora para, de fato, incluir o saber de todos, na construção coletiva do conhecimento;

- estabelecer parcerias entre turmas, escolas, rede e com as Universidades, para que os projetos escolares se ampliem e constituam redes de pesquisa, desde o trabalho desenvolvido pelos alunos até os que podem se constituir entre pesquisadores educacionais - parceria em toda a linha dos níveis de ensino;
- realizar cursos, encontros internos e outros eventos de atualização e aperfeiçoamento, de preferência no período de trabalho dos professores e remunerados;
- utilizar as redes de comunicação à distância para o aperfeiçoamento dos professores e intercâmbios de experiências entre alunos e profissionais da educação, pais e comunidade;
- abrir de canais de participação com a comunidade e com instituições não governamentais;
- descentralizar a gestão administrativa, para promover uma maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira de recursos materiais e humanos das escolas, por meio de conselhos, colegiados, assembléias de pais, alunos.

PERSPECTIVAS

A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se

desenvolver e de se tornar um cidadão , alguém com identidade social e cultural

Melhorar as condições da escola é formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

A inclusão escolar remete a escola a questões de estrutura e de funcionamento que subvertem seus paradigmas e que implicam em um redimensionamento de seu papel, para um mundo que evolui a “bytes”.

O movimento inclusivo, nas escolas, por mais que seja ainda muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e convence a todos pela sua lógica, pela ética de seu posicionamento social.

A inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar brasileira. A inclusão é reveladora dessa distância que precisa ser preenchida com as ações que relacionamos anteriormente.

Assim sendo, o futuro da escola inclusiva está, ao nosso ver, dependendo de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente embuídos do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos. Se hoje ainda são experiências locais, as que estão demonstrando a viabilidade da inclusão, em escolas e redes de ensino brasileiras, estas experiências têm a força do óbvio e a clareza da simplicidade e só essas virtudes são suficientes para se antever o crescimento desse novo paradigma no sistema educacional.

Não se muda a escola com um passe de mágica.

A implementação da escola de qualidade, que é igualitária, justa e acolhedora para todos, é um sonho possível.

A aparente fragilidade das pequenas iniciativas, ou seja, essas experiências locais que têm sido suficientes para enfrentar o poder da máquina educacional, velha e enferrujada, com segurança e tranquilidade. Essas iniciativas, têm mostrado a viabilidade da inclusão escolar nas escolas brasileiras.

As perspectivas do ensino inclusivo são, pois, animadoras e alentadoras para a nossa educação. A escola é do povo, de todas as crianças, de suas famílias, das comunidade, em que se inserem.

Crianças, bem-vindas à uma nova escola !

REFERÊNCIAS

- BROWN, L. et al. A strategy for developing chronological age appropriate and functional curricular adolescents and severely handicapped adolescents and young adults. In: *The Journal of Special Education*. 13 (1), 81-90, 1979.
- _____. *Enseigner aux élèves gravement handicapés à accomplir des tâches essentielles en milieu de travail hétérogène*. Wisconsin: University of Wisconsin e Madison Metropolitan School District, 1983.
- DORÉ, R., WAGNER, S., BRUNET, J. P.. *Réussir l'intégration scolaire – la déficience intellectuelle*. Montreal (Québec): Les Éditions LOGIQUES Inc, 1996.
- FALVEY, M. A.; HANEY, M.. Partnerships with parents and significant others. In: Falvey, M.A. *Community-base curriculum. instructional strategies for students with severe handicaps*. Baltimore, MD: Paul H. Brookes Publishing Co. 15-34, 1989.
- FERGUSON, D. L. et al. Figuring out what to do with grownups: how teachers make inclusion “work” for students with disabilities. In: *The Journal of The Association for Persons With Severe Disabilities* (JASH), 17 (4), 218-226, 1992.
- MANTOAN, M. T. E. (1988). *Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais*. São Paulo: Editora Scipione, 1988.
- _____. (1991). *A solicitação do meio escolar e a construção das estruturas da inteligência no deficiente mental: uma interpretação fundamentada na teoria de conhecimento de Jean Piaget*. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP/Faculdade de Educação, 1991.
- MONEREO, C. (1985). In: Steenlandt, D. *La integración de niños discapacitados a la educación común*. Santiago do Chile: UNESCO/OREAL C, 1991.
- MORENO, M. Os temas transversais: um ensino olhando para frente. In: Busquets, M.D. et alii. *Los temas transversales: claves de la formación integral*. Madrid: Santillana, 1993. 10-43.

PETERSON, M. et al. Community referenced learning in inclusive schools: effective curriculum for all students. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. (Org.). *Curriculum considerations in inclusive classrooms: facilitating learning for all students*. Baltimore, MD: Paul H. Brookes Publishing Co. 207-227, 1992.

PURKEY, W.W. et NOVAK, J.M. *Inviting school success. A self-concept approach to teaching and learning*. Belmont: Wadsworth, 1984.

SAINTLAURENT, L. *L'éducation intégrée à la communauté en déficience intellectuelle*. Montréal, Québec: Les Editions Logiques Inc, 1994.

Maria Teresa Eglér Mantoan
Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
Contatos:
Avenida Júlio de Mesquita, n.º 960/ 9º andar
CEP 13025 061 - Campinas/São Paulo
Telefax: 019 251 0406 e 019 788 5586 (LEPED)
e-mail : tmantoan@bestway.com.br
